

## GESTÃO PRIVADA DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PÚBLICA: ESCOLAS COOPERATIVAS DE MARINGÁ

Adriana Regina Pereira de Abreu<sup>1</sup>

Telma Adriana Pacífico Martineli<sup>2</sup>

### RESUMO

As reformas educacionais no Brasil, a partir de 1990, vem ocorrendo sob o ideário neoliberal, que, influenciadas por organismos internacionais que financiam e apoiam o setor público, mas também abrem espaço para que institutos, fundações e organizações não governamentais assumam o papel. Este artigo é parte da dissertação de mestrado que tem como título “A relação público privada na educação: o projeto de compra de vaga para a educação infantil no município de Maringá”, apresentada pela autora ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, em 2023 do Estado na elaboração ou execução das políticas sociais. E tem por objetivo analisar a trajetória do projeto das escolas cooperativas implantadas no município de Maringá – PR e seus desdobramentos ao longo dos anos. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico que utilizou como fontes livros, artigos, legislação e outras fontes referentes ao tema do estudo. Os resultados demonstram que a escola cooperativa foi um instrumento utilizado pelo governo municipal da época, para descentralizar a gestão da educação e assim minimizar sua atuação frente a garantia desse direitos. No entanto, esse método de atuação continua sendo utilizado, em diferentes facetas, proporcionando um fácil acesso do setor privado na gestão e condução das políticas educacionais.

**Palavras-chave:** Parceria público privada. Privatização. Escolas cooperativas.

### PRIVATE MANAGEMENT OF PUBLIC EDUCATIONAL INSTITUTION: COOPERATIVE SCHOOLS IN MARINGÁ

### ABSTRACT

The educational reforms in Brazil, starting from 1990, have been occurring under the neoliberal ideology, influenced by international organizations that finance and support the public sector, but also create opportunities for institutes, foundations, and non-governmental

---

<sup>1</sup> ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2429-3914>. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Graduação em pedagogia pela Faculdade Unissa de Sarandí. Participante do Grupo de Pesquisa GEPPECC Docente na rede municipal de educação de Maringá. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9326371864348965> E-mail: [adrianapereira\\_ji@hotmail.com](mailto:adrianapereira_ji@hotmail.com)

<sup>2</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2997-2957> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestre em Educação pela UEM, Graduação em Educação Física pela UEM. Docente do Programa de Pós-graduação em educação (PPE-UEM) e do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá. Participante dos Grupos de Pesquisa GEDUC e GEPPECC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4404309943367356>. E-mail: [telmamartineli@hotmail.com](mailto:telmamartineli@hotmail.com)

organizations to assume the role of the state in the development or implementation of social policies. This article is part of the master's dissertation titled "The public-private relationship in education: the project of purchasing slots for early childhood education in the municipality of Maringá," presented by the author to the Graduate Program of the State University of Maringá in 2023. It aims to analyze the trajectory of the cooperative schools project implemented in the municipality of Maringá - PR and its developments over the years. It is a bibliographical research that used books, articles, legislation, and other sources related to the study's theme as sources. The results demonstrate that the cooperative school was a tool used by the municipal government of the time to decentralize the management of education and thus minimize its role in guaranteeing these rights. However, this method of operation continues to be used, in different facets, providing easy access for the private sector in the management and implementation of educational policies

**Keywords:** Public-private partnership; Privatization; Cooperative Schools

## 1 INTRODUÇÃO

A complexidade que envolve a educação está relacionada ao contexto social, econômico, político e cultural da sociedade capitalista. O crescente aprofundamento das políticas neoliberais em toda América Latina, principalmente a partir dos anos de 1990, orientadas pelos interesses das organizações multilaterais e internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), ONU (Organização das Nações Unidas), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e BM (Banco Mundial), passa também a interferir diretamente na política pública do Estado brasileiro (ABREU, 2023).

No Brasil, as políticas neoliberais, visava a descentralização e a desburocratização da máquina estatal. Considerado o pioneiro das reformas de cunho gerencialista e neoliberalista o então presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), no documento 'Brasil: um projeto de reconstrução nacional', publicado em 1991, já apresentava os direcionamentos gerais para a adoção do ideário neoliberal no país. No entanto, a efetivação dessas reformas ocorreu somente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), permanecendo ainda nos governos posteriores (Abreu, 2023).

Implementado por Fernando Henrique Cardoso, o Plano de Reforma do Estado no Brasil, de 1995, tinha por objetivo atender as orientações dos organismos internacionais e promover a abertura da máquina do Estado à iniciativa privada, por meio de medidas como descentralização, privatização e flexibilização. A parceria público-privada (PPP), é uma das

modalidades de privatização, uma concessão contratual, onde o Estado mantém a propriedade, mas repassa a execução do bem público à iniciativa privada (Bresser-Pereira, 1997).

Assim, a proposta de reforma do Estado brasileiro colocou em cena novos sujeitos políticos coletivos e novas organizações, incorporou, por meio de parcerias, novas organizações na aparelhagem estatal, fortaleceu a atuação dos empresários e criou o setor público não-estatal. Enfim, alargou a participação política em uma perspectiva de ampliação da democracia, com a ressalva de que se trata de uma democracia, renovada ou reinventada. (Carvalho, 2020, p. 101).

A oferta da educação pública e gratuita, transformada em um serviço a ser oferecido pelo setor privado, ou seja, a transferência dos recursos financeiros ou dos equipamentos públicos à iniciativa privada modificam substancialmente as concepções de sujeito e educação que passam a ser entendidas no âmbito do mercado (Abreu, 2023).

Diante desse contexto, o município de Maringá também passa por mudanças, que afetaram sua estrutura e organização de diversos setores, inclusive a educação. Este artigo tem por objetivo analisar o projeto das escolas cooperativas implantadas no município de Maringá – PR, no ano de 1992, uma política na qual transferia a responsabilidade de gestão da educação para a iniciativa privada.

## **2 A FUNDAÇÃO DE MARINGÁ E A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.**

A cidade de Maringá, situa-se no norte do estado do Paraná, e desde sua fundação, a partir dos anos de 1946, foi uma região que demonstrou propícia para o crescimento demográfico por apresentar características favoráveis como terras propícias a exploração da cafeicultura, a divisão em pequenos lotes vendidos a prazos e com taxas de juros baixas feito pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CMNP), bem como a proibição do plantio em São Paulo e em outros estados, dentre outros fatores.

Apesar de estar voltada principalmente para a vida rural e ter como objetivo a exploração agrícola, a colonização desenvolvida no Norte do Paraná não descurou, em seu planejamento geral, do estabelecimento de núcleos urbanos que pudessem servir como pontos de convergências para a vasta região, que necessitava cada vez mais de serviços públicos e privados, como retaguarda para seu desenvolvimento. (Luz, 1997, p. 3).

A população que se instalou nessa região foi atraída pelas propagandas veiculadas pela CMNP, e chegaram com o intuito de trabalhar nas lavouras de café, seja como proprietários ou como funcionários, sendo assim, essa nova dinâmica da região influenciou diretamente a economia e o desenvolvimento da região, levando a criação das escolas rurais para atender essa demanda (Luz, 1997).

A primeira escola foi criada em 1946, com o nome de Casa escolar que no ano seguinte passou a se chamar Escola Isolada do Maringá Velho, e em 1949 a CMNP construiu a segunda instituição chamada o Grupo Escolar do Maringá Novo que mais tarde se tornaria Grupo Escolar Dr. Oswaldo Cruz. A partir desse período, outras escolas passaram a ser criadas em Maringá (Luz, 1997).

No ano de 1951, Maringá foi elevada a município e com isso foi realizada a primeira eleição para prefeito. Entre os anos de 1947 e 1960, foram criadas 48 escolas rurais, no entanto, a partir de 1961, Maringá passou a contar com 35 escolas rurais já que 13 delas localizavam-se nos municípios recém-emancipados de Floriano, Ivatuba e Floresta. Até o ano de 1970, Maringá passou a contar com a instalação de mais oito escolas, somando-se num total de 43 instituições (Abreu, 2023).

Na gestão 1977-1981, houve uma melhora nas escolas rurais, com a implantação de um sistema de polarização de ensino. Foram investidos na construção de instalações mais adequadas além de um melhor atendimento para os alunos. Sanches (2002) descreve que na área urbana foram construídas mais de 233 salas de aula, por meio de reformas e construções, além de ofertar mais de 3 mil vagas em pré-escolas em estabelecimentos mantidos com ajuda da Legião Brasileira de Assistência e de organizações particulares.

O governo municipal eleito para 1969-1972, após conhecer escolas modelos, destinadas ao atendimento das crianças menores de sete anos de idade na cidade de São Bernardo do Campo, estabeleceu o primeiro espaço institucional municipal de educação infantil, a Unidade Polo de Ação da Pré-escola (UPAPE), que foi construída na Vila Operária e inaugurada em 26 de junho de 1970 (Filipim, 2014).

A reforma do ensino proposta pela Lei nº 5692/71, fez com que a Prefeitura de Maringá implantasse, em caráter experimental, somente em 12 das 43 escolas essa reforma. Esse processo durou até 1977, quando se iniciou a implantação da nuclearização. O programa de nuclearização na rede começou no início a 1978 com a criação de três núcleos, em 1979 aumentou para mais três e em 1980 expandiu-se para sete núcleos. Cada núcleo correspondia

a uma escola com quatro ou mais salas de aula, sala para equipe pedagógica e ambulatório odontológico. Para Amaro e Rodrigues (1999, p. 379)

Um dos objetivos principais do projeto de nuclearização era resolver a questão da infraestrutura, deixando a melhoria pedagógica para um momento posterior. Fato explicável pela situação periclitante das instalações físicas, no tocante aos altos custos de conservação, manutenção e reforma das escolas isoladas.

Por volta de 1983, a equipe que assumiu a secretaria de educação encontrou condições que favoreceram o segundo objetivo do processo de nuclearização, que era a melhoria na qualidade do ensino. Nessa época a educação municipal, além da zona rural, atendia também os novos bairros urbanos e as creches que antes estavam vinculados a Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá. A rede municipal atendia da pré-escola a 8º série do ensino fundamental (Amaro; Rodrigues, 1999).

Nos anos de 1990 a educação do município de Maringá passou por outras mudanças na gestão, isto é, na estrutura e na organização educacional. Isso se deve ao fato da influência das políticas econômicas neoliberais e do processo de globalização do capital.

### **3 PARCERIA PÚBLICO PRIVADA: ESCOLAS COOPERATIVAS NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

Os projetos de privatização de empresas e serviços públicos impulsionado pela vertente neoliberal, a partir dos anos de 1990 no Brasil, tiveram desdobramentos em diversas áreas, inclusive na educação. No município de Maringá, estado do Paraná, a prefeitura municipal, a prefeitura apoiou-se na chamada terceirização dos serviços públicos, como educação, saúde, coleta de lixo etc., contratando empresas privadas para assessorar ou até mesmo realizar o serviço, “O objetivo era reduzir os custos a qualquer custo” (Amaro; Rodrigues, 1999, p. 385).

Fundada em 1947, Maringá experimentara um processo de desenvolvimento econômico e urbano relativamente acentuado, tornando-se muito cedo, pólo de uma vasta região e a terceira maior cidade do Estado. A esse desenvolvimento, que se expressava no crescimento da população urbana, correspondeu a formação de uma significativa estrutura de serviços públicos: educação, saúde, limpeza, transporte etc. [...] com exceção do transporte coletivo, gerenciado [...] pela iniciativa privada [...] até 1989, momento em que o Executivo anunciou a deflagração da privatização, não se tem notícia da insatisfação popular para com a qualidade dos serviços públicos municipais (Dias, 1995, p.4)

É interessante ressaltar que não se registrou nenhum debate, ou consulta, ou por clamor popular sobre o assunto antes das eleições de 1988, o projeto de privatização foi implantado mais por convicções que o novo prefeito estava alinhado do que pelo clamor popular (Dias, 1995).

A nova gestão, que assume a partir de 1989, descreve o município sem grandes desequilíbrios socioeconômicos, no entanto, do ponto de vista dos dirigentes, esse panorama poderia se complicar caso a macrogestão pública perpetuasse, com isso a influência neoliberal que já tomava conta do país, também passou a influenciar o setor educacional (Abreu, 2023).

De acordo com Dias (1995), no início de 1989, deu início ao projeto de privatização com a publicação do edital que abria concorrência para empresas adquirirem o patrimônio do setor de coleta de lixo. Devido ao desgaste causado pela criação do Fórum Maringaense em Defesa do Patrimônio Público, que promoveu diversos manifestos de resistência, o projeto só foi retomado no ano seguinte, sendo a privatizado o setor de coleta de lixo.

No terceiro ano de mandato, teve início a segunda fase da privatização. Divulgado pela administração como a “adoção de um novo paradigma de serviços públicos”, mas que na verdade se configurava numa estrutura com base na gestão privada do serviço público (Dias, 1995, p. 10).

Essas empresas receberam o nome de Escolas Cooperativas, onde o ensino público passou a ser gerido pela microgestão privada, ou seja, um processo de descentralização, no qual a gestão das escolas e creches foram entregues a pessoas jurídicas de direito privado, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos ou cooperativas educacionais, sendo assim Corrêa (1993, p.3) defende que:

Não se trata, no entanto, de privatização do ensino, uma vez que a comunidade continuou a ser atendida pelos serviços educacionais de forma gratuita. Refere-se a um processo de descentralização, onde o município repassa às escolas cooperativas, para estes gerenciá-las da melhor maneira possível. A Prefeitura reserva a si a fiscalização da qualidade do ensino oferecida, bem como emana as diretrizes pedagógicas.

Nessa época, apesar de a educação pública apresentar bons níveis de qualidade, a distorção no sistema educacional, o aumento no quadro de servidores públicos, tão criticado pelo Liberalismo econômico devido à sua improdutividade, eram os desafios a serem

vencidos pelo município, devido a isso adotou-se o modelo de microgestão privada (Abreu, 2023).

A proposta tinha por objetivo:

[...] entregar a administração de cada unidade escolar à cooperativa de trabalhadores desvinculadas do poder público, mas a ele prestando serviço e recebendo por produtividade. Com interesse direto nos resultados, os trabalhadores passam a se preocupar com a produtividade, o desempenho, a pontualidade, a assiduidade e o atendimento à comunidade. (Gadotti; Romão, 1993, p. 6).

Sendo assim, o poder público entregaria a administração das unidades escolares às cooperativas de trabalhadores, com contrato firmado após processo licitatório, e estas prestariam o serviço sem vínculo nenhum trabalhista. No relatório do Cenpec (1993, p. 33) essa nova política seria vantajosa, pois acabaria com a:

[...] burocracia, substituí-la por técnicas administrativas modernas, assegurando a eficiência, a justiça social e a ampla participação da sociedade nas decisões governamentais. Levar ao serviço público a agilidade e a eficiência da iniciativa privada, tornar os serviços menos perdulários, maximizar a produtividade dos recursos disponíveis e, sobretudo, alcançar tais objetivos sem revesti-los com as características da privatização, tendo em vista a exigência constitucional de que os serviços oferecidos pelas esferas governamentais sejam não só públicos como também universais. Visa-se em última instância, uma gestão otimizada dos serviços públicos, ou seja: uma gestão privatizada sem que se privatize o próprio serviço.

A implantação desse novo modelo de gestão iniciou com a divulgação do edital de licitação, no mês de janeiro de 1991, logo em seguida, no mês de março, foi firmado o primeiro contrato, válido por 12 meses, com a cooperativa vencedora para gestão da escola Prof. Agmar dos Santos, que tinha 630 alunos matriculados. O edital trazia os critérios necessários referentes à habilitação da equipe técnica, à qualidade da proposta pedagógica, sobre quantidade de sócios da empresa e afinidade com a orientação pedagógica da prefeitura, dentre outras questões (Cenpec, 1993).

Com algumas alterações nos editais e contratos, a partir do segundo semestre de 1991, iniciou a segunda fase com a abertura de uma nova licitação para gestão de mais duas escolas. Até o início do ano de 1992, mais 13 das 14 escolas são integradas ao projeto, todas escolas urbanas. A única instituição localizada na área urbana que não foi incluída nesse projeto desenvolvia uma orientação pedagógica, baseada em Freinet<sup>3</sup>. Nessa terceira fase surgiram

---

<sup>3</sup> Célestin Freinet (1896-1966), pedagogo francês, idealizador de pedagogia do bom senso, baseada nos interesses e vivências das crianças, suas culturas, atitudes e valores.

reações de pessoas contra a imposição na implantação desse modelo, no entanto, com o passar do tempo foram convencidos das vantagens desse modelo (Abreu, 2023).

As escolas rurais não foram alocadas nesse projeto, pois os custos com transporte de alunos e professores dessas escolas eram maiores e não se adequavam aos padrões de produtividade e racionalização, exigidos pelo modelo implantado. Essas escolas recebiam os funcionários que não saíram pra formar cooperativas e que devido à estabilidade funcional, não puderam ser dispensados da prefeitura (Abreu, 2023).

De acordo com Silva (2007), a orientação pedagógica ficava a cargo da Secretaria de Educação por meio de cursos, seminários, reuniões de estudo e planejamento, com os professores e membros da equipe. Os professores das cooperativas tinham 4 horas de carga horária semanal para participar. O edital elaborado pela prefeitura, designava que as empresas fossem constituídas com, no mínimo, 50% de funcionários que, além de professores também fossem sócios da empresa

É importante ressaltar que a prefeitura cedia o prédio da unidade escolar o equipado e mobiliado, bem como o acervo da biblioteca, além de garantia o repassar os gêneros e ainda fazia o pagamento por aluno matriculado. Para o cálculo do valor médio, que em 1991 era de US\$ 17,32 por aluno/mês, levou-se em consideração as despesas com material de expediente, água, luz, limpeza, esporte, farmácia, merenda, cozinha, gás e manutenção da biblioteca, salários e encargos sociais do corpo docente e funcionários e uma taxa de administração de 10%. O pagamento deveria ser feito com referência no número de alunos matriculados e com frequência (Gadotti; Romão, 1993).

A avaliação da empresa, escola cooperativa, era feito pelo denominado controle de qualidade, o qual levava em consideração a melhoria no padrão de atendimento, envolvendo o comportamento e aprendizagem dos alunos, bem como a assiduidade e disponibilidade dos professores (Abreu, 2023).

Sobre o processo de avaliação, Azevedo (2021, p. 56) destaca que:

A microgestão privada transformava cada escola em uma unidade de custos' e a rede municipal em um sistema de 'produção contínua', e a rede municipal em um sistema de 'produção contínua' que se caracterizando pela formação em série (produção) de alunos, considerados, por este modelo gerencialista, produtos padronizados, cujos custos poderiam ser calculados em planilhas e cuja qualidade de ensino poderia ser aferida pelos resultados em avaliações também padronizadas.



A propaganda veiculada pela administração ressaltava que a escola continuaria sendo pública, universal e gratuita, no entanto, com a administração da iniciativa privada, ganharia contornos mais eficientes nos aspectos administrativos e qualitativo (Abreu, 2023).

Contrariando essa posição, Azevedo (2018), ressalta que não seria correto classificar as Escolas Cooperativas como ensino público e gratuito com microgestão privada, pois as cooperativas visavam o lucro, assim como as organizações privadas. O mesmo autor, em publicação recente (2021, p. 33) relata que as escolas cooperativas de Maringá se assemelham a uma experiência de *Charter School*<sup>4</sup> (EUA), pois “desenhou uma política que pode ser tipificada como uma reforma gerencialista da rede de ensino público municipal sendo que esse modelo de gestão escolar contratada”.

Dias (1995, p. 16) descreve que a “Administração Liberal” se apropriou da falsa premissa que toda administração pública é ineficaz para apoiar suas iniciativas de privatização e utilizou-se de propaganda para adiantar o suposto sucesso das escolas cooperativas, como publicado na revista “Escola cooperativa: ensino público com microgestão privada” da Prefeitura de Maringá, no segundo semestre de 1991, divulgando as “qualidades e vantagens de privatização”, como sendo a solução para os problemas da administração pública.

Esse projeto se deparou com grande resistência. Um movimento de grande importância foi a organização do Fórum em Defesa do Patrimônio Público<sup>5</sup>. Os professores organizaram uma passeata contra a privatização nos dias 24 de setembro e 17 de outubro. Já no dia 24 de outubro, a passeata contou com alunos de escolas estaduais, municipais e universitários, pais e comunidade em geral, nesse dia foi encaminhado ao prefeito, à Câmara de Vereadores e a seção da OAB um abaixo-assinado com cerca de 19 mil assinaturas que exigiam ao fim das escolas cooperativas (Dias, 1995).

Em entrevista concedida por Paulo Freire, quando esteve em numa atividade na Universidade Estadual de Maringá, este se posicionou em defesa da escola pública:

---

<sup>4</sup> A criação do que se convencionou chamar de charter School é produto do sincrético movimento de reformas de Estado de cunho liberalizante que teve lugar nos EUA, a partir dos governos de Ronald Reagan (1981-1989) e George H. W. Bush (1989-1993), mas também do que as autoridades norte-americanas perceberam como alternativa de gestão da coisa pública em outros países, a exemplo do Reino Unido, especialmente com os governos formados pela primeira ministra Margaret Thatcher (1979-1990) e pelo primeiro-ministro John Major (1990-1997), e do Chile, na ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) (AZEVEDO, 2021, p. 28).

<sup>5</sup> O Fórum em Defesa do Patrimônio Público era formado basicamente por cinco partidos (PT, PC do B, PDT, PCB e PMDB), CUT, CPT, UJS, entidades sindicais (SINTEEMAR, SINDP, SISMMAR, URBANITÁRIOS, SINTICOM, SINDPREV, SINTEL, SINTE), entidades estudantis (DCE, UMES), organizações populares, associações de bairros, associações de classe, APMs, pastorais e clubes de mãe.

[...] A educação não deve ser, nunca, fonte de lucro, como uma mercadoria qualquer. Se isto estiver acontecendo em Maringá, devem protestar [...]. É inadmissível a transferência de responsabilidade do município com a educação para o setor privado. O executivo tem o dever de criar e assistir as escolas municipais. Isso significa um atentado à liberdade, só verificados em governantes autoritários e sem a premissa de trabalhar pelo bem-estar de sua comunidade. Espero que o prefeito de Maringá volte atrás nessa verdadeira bandalheira contra o ensino fundamental. Sou totalmente contra e, se for preciso, lutarei a favor da manutenção do ensino público. (Jornal do Povo, 19 out, 1991, p. 4 apud Silva, 2007, p. 94 e 95).

Alguns partidos também se manifestaram em relação aos projetos do governo municipal. A “Nota de repúdio à escola cooperativa” do Partido Democrático Trabalhista. A ação contestando a constitucionalidade da privatização por parte do Partido Democrático Trabalhista. A nota “Escola marketing: quando o autor passa a ser o ator, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Dias, 1995). Azevedo (2018, p. 16 e 17) amplia a lista e elenca uma série de textos que foram publicados como forma de repúdio ao projeto das Escolas cooperativas.

1. MOÇÃO EM DEFESA DA ESCOLA VERDADEIRAMENTE PÚBLICA, assinam as APMS-Associações de Pais e Mestres das Escolas Municipais: Fernão Dias, João Gentilim, Luiz Gabriel Sampaio, Renato Bernardi, Maestro Aniceto Matti, Miriam Leila Palandri, Rui Alvino Alegretti, Machado de Assis, HeletonBorba Cortez, Benedito de Souza, Luiz Ribeiro, Odete Alcântara, Delfim Moreira, Jardim Quebec e Laura Parente Bossolã (O Diário, 1991; Jornal do Povo, 1991, p. 5);
2. ESCOLA MARKETING: Quando o autor passa a ser o ator, assina o Diretório do PMDB de Maringá (mimeo, 1991);
3. PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO: Lucro de quem? subscrita pelo Rev. Naamã Mendes, Pastor da 1ª IPI de Maringá (O Diário, 1991, p. 15);
- 4 MOÇÃO DE REPÚDIO À PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO ATRAVÉS DA “ESCOLA COOPERATIVA” manifestada no 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM (mimeo, Curitiba, 16.10.91);
5. NOTA DE REPÚDIO À “ESCOLA COOPERATIVA” assinam Eugênio Popovitz e Lélis Vieira, pelo Diretório do PDT;
6. AOS PARANAENSES – EM DEFESA DO CARÁTER PÚBLICO DA ESCOLA, subscrevem o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal e o Fórum Maringaense em Defesa do Patrimônio Público (mimeo, 1991);
- 7.ABAIXO-ASSINADO DESTINADO À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ PEDINDO A REVOGAÇÃO DA “ESCOLA COOPERATIVA” com 654 folhas contendo 18.079 assinaturas, promovido pelo Fórum Maringaense em Defesa do Patrimônio Público, encaminhado através de ofício, de 24.10.91, firmado por Vera Lúcia Dias de Freitas, Claudemir Romancini e Marino Elídio Gonçalves, representando as entidades componentes do Fórum (Paraná, 1991, pp. 58-60);

8. MOÇÃO AO PREFEITO MUNICIPAL DE MARINGÁ, solicitando o fortalecimento do ensino público e gratuito, enviada pelo Fórum de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais Brasileiras, em 25.10.91 (Paraná, 1991, p. 67).

Em outubro de 1991, numa articulação entre o Fórum maringaense e o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, elaborou-se uma carta aberta expondo o posicionamento referente às escolas cooperativas e seus possíveis desdobramentos para a administração pública, entre eles questionava se o caráter público da escola seria preservado, e também se a privatização não seria mais onerosa do que a gestão pública, devido ao fato que, além do valor pago as cooperativas a prefeitura ainda arcava com toda a infraestrutura necessária para a execução do serviço.

Dias (1995, p. 14) expõe que o Fórum alertava que:

A busca da lucratividade levaria ao sucateamento de materiais, ao arrocho salarial e à contratação de mão de obra barata e pouco qualificada, fato estimulado pela inexistência de concurso para ingresso no quadro do magistério. Além do mais o nome “cooperativa” era um biombo publicitário para encobrir uma sociedade empresarial por cotas limitadas [...].

O Fórum também alegava que a experiência era inconstitucional, pois entidades privadas com fins lucrativos recebiam as verbas pública. No entanto, devido a boa propaganda, a relação entre a escola cooperativa e a comunidade, fez com que os pais se mobilizassem, durante a eleição de 1992, para que o projeto tivesse continuidade (Gadotti; Romão, 1993).

Alguns intelectuais e pesquisadores apresentavam posição favorável a esse tipo de atuação conjunta entre o poder público e a iniciativa privada. Cita-se as publicações dos autores Gadotti e Romão (1993), a publicação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e os estudos de Correa (1993) e Silva (2007), que descrevem as supostas vantagens desse projeto para a educação e evidenciando seu alinhamento com a política de reforma do Estado, que prevê, dentre outros pontos, a mínima atuação na execução das políticas sociais e consideram a terceirização e privatização como opção para a melhoria das instituições públicas e como parte da gestão democrática.

No entanto, no final de 1993, esse projeto motivou uma Ação Civil Pública contra a Prefeitura Municipal, proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná e não encontraram respaldo jurídico para continuar sendo assim, a sentença ajuizada pelo Ministério Público, considerou procedente a ação civil, declarando nula as licitações de contratação

executadas pela prefeitura na contratação de empresas prestadoras de serviços educacionais (Azevedo, 2013).

Com eleição do novo prefeito, o candidato eleito extinguiu as iniciativas de privatização em todos os setores públicos, incluindo as Escolas Cooperativas, que deixou claro seu viés mercantil, pois tratava as instituições públicas educacionais como um mercado e a educação como um produto a ser gerenciado pelas empresas privadas (Abreu, 2023).

Um relatório solicitado pela prefeitura do município na gestão do novo prefeito (1993-1996) sobre o período que as privatizações haviam ocorrido, demonstrou que houve um aumento da burocracia bem como o aumento no quadro de pessoal em atividades-meio. Além desse relatório, a Secretaria de Educação apresentou um estudo, mostrando as divergências entre a propaganda veiculada pela administração anterior sobre as vantagens da escola cooperativa em contraste com a realidade encontrada na gestão atual. O estudo apontou uma discrepância entre os custos e os resultados que foram divulgados e os que realmente foram realizados. Outras questões estavam relacionadas ao sucateamento dos prédios públicos, a baixa qualidade do material didático ofertado, aumento no quadro de pessoal da prefeitura para a fiscalização das empresas, divergências entre os sócios das empresas por diferenças salariais, grande rotatividade das empresas e de pessoal para a execução do serviço, gastos e serviços que caberiam a empresa sendo executados pela prefeitura, descumprimento das leis trabalhistas (Abreu, 2023).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o intuito de registrar brevemente a trajetória histórica da Escola Cooperativa em Maringá, esse artigo descreveu que na gestão municipal, entre os anos de 1989 a 1992, a prefeitura municipal iniciou um processo de privatização dos serviços públicos, no campo da educação adotou-se o modelo de microgestão privada das instituições públicas, no ano de 1991. Esse projeto tinha por objetivo privatizar a gestão da educação sem privatizar a propriedade pública, no entanto, essa experiência, teve curta duração, apesar do apoio de alguns representantes da comunidade escolar, em dezembro de 1992, por decisão judicial, foram anulados todos os contratos realizados entre a prefeitura e as empresas, e a gestão foi retomada pelo município a partir de 1993.

Na experiência do projeto da Escola Cooperativa de Maringá, a primeira consideração reflete o imperativo que a agenda neoliberal se fez presente dentro do contexto político local, pois, mesmo que não houvesse nenhum problema que justificasse tal intervenção, a gestão do município adotou o modelo de microgestão privada, para a gestão das unidades escolares, deste modo o projeto neoliberal vai se concretizando e se fortalecendo em detrimento da educação pública, de qualidade conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Uma outra questão a ser pontuada seria que as cooperativas tinham objetivos lucrativos, e para alcançar esse objetivo, seus administradores se utilizavam de estratégias, como por exemplo, os funcionários também fazerem parte do quadro de sócio, para diminuir o gasto com encargos sociais.

A reestruturação do sistema educacional faz parte de uma agenda neoliberal que propõe como caminho as privatizações, terceirizações, corte de subsídios, dentre outras ações, transformando os serviços públicos, em mercados competitivos marcados pela desigualdade, exclusão, além de diminuir a atuação do Estado. Com isso, percebe-se que o campo de atuação do setor privado dentro da esfera pública, tem aumentado consideravelmente, como preconizado por Roger Dale (2004), por fazer parte de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE).

Apoiando – se no setor privado como solução para a melhoria da educação, o poder público tem aberto espaço de atuações favoráveis a exploração comercial da educação em diferentes frentes, como por exemplo a utilização de material didático adquirido das instituições privadas, o ensino do empreendedorismo, a compra de vagas para a educação infantil em instituições particulares, dentre outros. Sendo assim ainda há muito a ser estudado em relação ao avanço do privado dentro do público e suas consequências para a redução das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. R. P. de **A relação público-privada na educação: o projeto de compra de vagas para a educação infantil no município de Maringá**. Dissertação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 161 p. 2022

AMARO, H. S; RODRIGUES, I. S. Educação municipal em Maringá: uma história em meio século. In: DIAS, R. B; GONÇALVES, J.H.R. **Maringá e o norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

AZEVEDO, M. L. N. (2018). A “Escola Cooperativa de Maringá” ou uma escola com “ensino público e gratuito com microgestão privada” (1991-1992): Uma experiência de charter school no Brasil avant la lettre. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.2712>. Acesso em: 25/08/2022.

AZEVEDO, M. L. N. **Educação e gestão neoliberal: a escola cooperativa de Maringá, uma experiência de Charter School?** Maringá: Eduem, 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. MARE. Brasília, 1997.

CARVALHO, E. J. G. de. **Democratização e privatização: uma relação possível na gestão da educação básica pública?** Maringá: Eduem, 2020.

CENPEC. CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA **Alternativa para a melhoria do ensino escolas cooperativas: a experiência de Maringá – PR 1989/1992**. São Paulo, 1993. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1697>. Acesso em: 20/05/2022.

DIAS, R. B. **O público e o privado na educação: a experiência da privatização do ensino em Maringá e temas afins**. Maringá: Secretaria de educação do município de Maringá, 1995.

FILIPIM, P. V. de S. **A institucionalização da educação pré-escolar municipal de Maringá: do ‘parquinho infantil’ a unidade polo de ação da pré-escola – Upape (1969 – 1974)**. Dissertação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR. 138p. 2014.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **A educação e o município: sua nova organização**. Brasília: MEC, 1993.

LUZ, F. **O Fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá: Prefeitura do município de Maringá, 1997.

SANCHES, A. **Maringá: sua história e sua gente**. Maringá: Editora Massoni, 2002.

SILVA, C. M. **Escola cooperativa: Uma experiência em ensino público com gestão privada**. 2007. 179 F. Dissertação. Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2007.

**Recebido em:** 20/04/2024

**Aceito em:** 28/06/2024